



Os intelectuais orgânicos e a guerra de posição: o ideário político do Partido dos Trabalhadores no estertor da Ditadura Militar

Luís Francisco MUNARO¹

Resumo:

O Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, serviu como um espaço comunicativo de elites intelectuais inquietas pela participação mais direta na vida política, ao mesmo tempo em que necessitadas de representar um trabalhador que, depois de anos de controle social, voltou à mobilização na forma de extensas greves. Este espaço é, em nossa hipótese, predominantemente preenchido por intelectuais que, ainda que minoritários nos quadros do partido, emprestam “horizonte de consciência” para o grupo, permitindo uma ação de longo prazo. O vocabulário político utilizado pelos intelectuais, ao menos no período inicial estudado, possui influência marxista, incorporando as leituras de Antonio Gramsci muito populares entre os intelectuais brasileiros na segunda metade da década de 1970. Cruzando o estudo do partido e do seu ideário político, este trabalho pretende fornecer maior inteligibilidade para a construção política recente do país, ao mesmo tempo em que sugere um quadro inicial de intelectuais que tiveram atuação “orgânica” na comunicação de ideias durante a Ditadura Militar.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; intelectuais orgânicos; comunicação de ideias; Ditadura Militar; ocupação de espaços.

Organic intellectuals and the war of position: the political ideology of the Partido dos Trabalhadores in the end of the Military Dictatorship

Abstract:

The Partido dos Trabalhadores (PT), founded in 1980, served as a communicative space for intellectual elites restless for more direct participation in political life, at the same time needing to represent a worker who, after years of social control, returned to mobilization in the form of extensive strikes. This space is, in our hypothesis, predominantly filled by intellectuals who, although a minority within the party's ranks, lend a “horizon of consciousness” to the group, allowing for long-term action. The political vocabulary used by intellectuals, at least in the initial period studied, has a Marxist influence, incorporating Antonio Gramsci's readings, which were very popular among Brazilian intellectuals in the second half of the 1970s. Crossing the study of the party and its political ideology, this work aims to provide greater intelligibility for the country's recent political construction, while at the same time suggesting an initial picture of intellectuals who had an “organic” role in communicating ideas during the Military Dictatorship.

Keywords: Worker's Party; organic intellectuals; communication of ideas; Military Dictatorship; occupation of spaces.

¹ Docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* luismunaro@yahoo.com.br





Los intelectuales orgánicos y la guerra de posiciones: la ideología política de lo Partido de los Trabajadores en medio de la Dictadura Militar

Resumen:

El Partido dos Trabalhadores (PT), fundado en 1980, sirvió como espacio comunicativo para élites intelectuales inquietas por una participación más directa en la vida política, al mismo tiempo que necesitaba representar a un trabajador que volvió a la movilización en forma de huelgas extensas. Este espacio, en nuestra hipótesis, está ocupado predominantemente por intelectuales que, aunque son una minoría dentro de las filas del partido, prestan un “horizonte de conciencia” al grupo, lo que permite acciones a largo plazo. El vocabulario político utilizado por los intelectuales, al menos en el período inicial estudiado, tiene influencia marxista, incorporando las lecturas de Antonio Gramsci, que fueron muy populares entre los intelectuales brasileños en la segunda mitad de los años 1970 atravesando el estudio del partido y su ideología política. , este trabajo pretende dar mayor inteligibilidad a la reciente construcción política del país, al mismo tiempo que sugiere una imagen inicial de los intelectuales que tuvieron un papel “orgánico” en la comunicación de ideas durante la Dictadura Militar.

Palabras clave: Partido dos Trabalhadores; intelectuales orgánicos; comunicación de ideas; Dictadura Militar; ocupación de espacios.

Introdução

Que espécie de papel agremiador o Partido dos Trabalhadores (PT) desempenhou durante a Ditadura Militar, nos momentos que envolvem a fundação do partido (1979 e 1980) e a década perdida²? Tendo esta pergunta como ponto de partida, este artigo investiga o ideário do partido, tratando-o como um espaço comunicativo no qual indivíduos públicos com meios de atuação social restritos encontram lugar para movimentação de suas ideias. Na condição de exploração inicial sobre o assunto, e tendo partido da necessidade de entender a transformação da inteligência brasileira ao longo do tempo até chegar nas ideias políticas dominantes que pautaram o debate público brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, ainda apresenta muitas lacunas.

Já está bastante bem documentado o papel estruturador que o PT desenvolveu na organização de uma oposição intelectual ao regime militar, reunindo a esquerda católica, os cada vez mais estridentes movimentos sindicais e a intelectualidade cujo espaço de atuação até então se via limitado às universidades, à imprensa ou aos pejorativamente chamados “grupelhos

² A expressão é comumente utilizada para referir os anos 1980 em virtude do impacto negativo da hiperinflação e estagnação econômica nos indicadores sociais.





marxistas”. A intenção do artigo é especular sobre como um grupo de intelectuais conseguiu construir a agenda política do partido, mantendo-o coeso o bastante para uma disputa de longo prazo pelo poder, ainda que este debate tenha sido iniciado nas condições limitantes da Ditadura Militar.

Os intelectuais que buscamos estão mais concentrados na intelectualidade universitária, com especial foco em grupos de docentes atuantes na Universidade de São Paulo (USP). No contexto das décadas de 1970 e 1980, a vida intelectual passou a enfatizar a vivência do “novo”, como no “novo sindicalismo” e nos “novos movimentos sociais” (Perruso, 2008), ao mesmo tempo em que orbitou mais fortemente em torno do ensino universitário com a multiplicação das instituições de ensino público superior. Com esse crescimento, maximizou-se também o papel que a Universidade, como instituição do Estado, tem sobre o contorno da inteligência brasileira. Para os intelectuais, estivessem ou não nas universidades, mas em todo o caso ciosos de algum grau de participação política, o Partido dos Trabalhadores apareceu como uma alternativa mais sedutora do que o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), enxergado como continuação das propostas forjadas pela elite para os segmentos populares alijados do debate público num processo de “cima para baixo”, quer dizer, a famosa “oposição consentida” ao regime ditatorial. Nesse sentido, o PT foi abraçado com bastante efusividade por intelectuais de linha atuante, principalmente aqueles cujo pensamento marxista estava vinculado à noção de “práxis”.

Nossa hipótese de trabalho sugere que a Ditadura Militar (1964-1985), entendendo-a como uma arquitetura de poder concentrada na premência da hierarquia militar sobre a sociedade, deixou espaço de expansão para uma oposição intelectual ora munida de linguagem mais subliminar, como nas músicas e na imprensa alternativa, ora munida de linguagem de caráter mais esotérico, como nos grupos universitários e nas obras de ciências sociais. Da mesma forma que Antonio Gramsci recriou o vocabulário marxista para evitar a suspensão de seus cadernos pelo governo fascista italiano, pode-se dizer que a intelectualidade de oposição durante o regime militar preferiu formas de linguagem mais cifradas, vindo a utilização do vocabulário político marxista como um recurso ideal de comunicação, muito embora, evidentemente, isso não tenha sido uma regra.





Antes de entender o “contexto” dessa construção que objetivava a transformação social, o artigo busca elementos para enxergar o ideário do partido, sua visão sobre tática e estratégia e seu papel como espaço comunicativo que abrigou um conjunto particular de ideias alinhadas em torno de determinados conceitos utilizados de forma particular, como “democracia”, “socialismo” e “hegemonia”. Dado o fato incontestável de se tratar do maior partido de esquerda do país, várias histórias do petismo já vieram a público, como aquelas produzidas por Rachel Meneguello (1989), Moacyr Gadotti e Otaviano Pereira (1989), Margaret Keck (1991), Marta Harnecker (1994), Cyro Garcia (2011), Benedito Tadeu César (2002), Pedro Floriano Ribeiro (2008), Lincoln Secco (2011), Mauro Iasi (2012), Oswaldo do Amaral (2013), José de Souza Martins (2016) e Celso Rocha de Barros (2022). Essas histórias estão preocupadas, no geral, com a organização interna do partido, sua base social, suas ideias políticas, suas transformações em direção ao poder político e o abandono do ideário político original, seu papel crucial no movimento pelas Diretas Já, além da participação dos sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base em seu interior. Nossa atenção incide mais diretamente sobre os intelectuais que tomaram parte na construção do PT e o horizonte de consciência histórica sobre transformações possíveis em direção ao socialismo imaginado.

Um trabalho que conheça mais profundamente o ideário político elaborado por uma elite intelectual deve buscar perceber as nuances discursivas da utopia partidária inicial, fortemente atravessada pela linguagem marxista, até o pragmatismo final, em que a “teoria” é relegada para o plano da disputa cultural. O que se percebe no debate entre os intelectuais é a existência de um pano de fundo comum, a linguagem política que fornece um vocabulário, e as apropriações particulares que são feitas pelos intelectuais desse mesmo vocabulário. Nas histórias produzidas sobre o PT, ex-militantes migrados para outros partidos e movimentos chamam-no de “partido neoliberal de sustentação da ordem”, ao mesmo tempo em que opositores políticos veem com desconfiança o marxismo diluído na forma de guerra cultural, intitulado-o “totalitário”. Para conseguir entender melhor o fenômeno que entrelaça conceitos polissêmicos como “partido”, “intelectuais” e “democracia”, propomos uma grade de estudos que, num primeiro momento, contextualiza o partido e especula a existência de um núcleo de intelectuais mais sólido, responsável pelo horizonte histórico de consciência do grupo; e, num segundo, explora alguma





coisa do contexto de fundação do partido e os conceitos gramscianos que orientaram a construção ideológica dos intelectuais e que culminaram na noção de ocupação de espaços.

A formação do PT e os intelectuais orgânicos

Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), ocorreu o relaxamento da ditadura com o funcionamento do calendário eleitoral e a participação civil, elementos que permitiram a criação do PT no final da década. Tratou-se de uma estratégia gradualista do regime militar para controlar o processo eleitoral sem causar grandes danos ao *status quo*. Isto implicou no revigoramento da arena eleitoral-partidária com os partidos de situação e oposição consentida, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e MDB (Meneguello, 1989). A vitória da oposição nas eleições municipais de 1976 e as mobilizações populares anteriores às eleições de 1978 demonstraram aos planejadores militares que o regime já havia, na prática, falido, o que se somava à forte debacle econômica de 1973, resultante da explosão no preço da energia. Em 1978, revogou-se o Ato Institucional nº 5 (AI 5), mesmo com a manutenção, na Constituição Federal, de medidas de emergência e estado de sítio. No mesmo ano, o MDB teve vitória eleitoral retumbante, sobretudo nos grandes centros urbanos, o que indiciava uma mudança dramática de humor das classes médias em direção à abertura política (Harnecker, 1994).

Com a reforma partidária de 1979, o governo de João Batista Figueiredo conduziu alterações significativas por meio de medidas liberalizantes que resultaram no quase total restabelecimento da liberdade de imprensa (Meneguello, 1989), o que favoreceu a discussão pública sobre a criação de novos partidos políticos. Nesse processo de adesão intelectual ao debate público partidário, deve-se considerar as várias tendências que aderiram ao PT, todas elas desejosas de algum nível de participação política e muitas delas obrigadas à clandestinidade pela Ditadura Militar. Vários grupos autodenominados trotskistas também ingressaram no debate partidário, reclamando um marxismo que não se alinhava ao Partido Comunista Soviético, linha do Partido Comunista Brasileiro. Sobre os grupos menores, como lembra Meneguello (1989, p. 62), “eram na sua maioria organizações clandestinas prévias ao PT, emergidas em fins da década de 60 e início da década de 70. Sua aproximação dos debates pela formação do PT deu-se fundamentalmente do espaço político legal que o partido lhes





proporcionaria”. Nesse sentido, o partido forneceu um espaço de comunicação pública sobre a reforma política brasileira e a transição para a democracia.

Os componentes mais importantes do PT em sua fundação não foram os operários ou os sindicalistas, mas os intelectuais de estratos médios, presença que se manterá constante ao longo de toda a construção partidária. Isso não quer dizer que não tenha havido grande diversidade social nas formulações iniciais do partido, o que tornou mesmo difícil alcançar alguma unidade doutrinal. As bases sociais do petismo, segundo estudo de Lincoln Secco (2011, p. 27), foram compostas de ao menos seis fontes diversas:

A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos).

Na avaliação do mesmo autor, a capacidade inicial de capilarização do partido, necessária para a sua institucionalização e sua viabilidade eleitoral, fez com que os “núcleos do PT” se aproximassem muito da estrutura organizativa das Comunidades Eclesiais de Base, que permitiam a comunicação com os interiores distantes do país. A capilarização do PT deveria penetrar em todos os organismos da “sociedade civil”, sendo por meio do partido que as massas populares, e em particular a classe operária, se organizariam de baixo para cima. As greves de 1978 e 1979 serviram, num primeiro momento, para aglutinar todos esses elementos dispersos em torno de um projeto político comum. Aos intelectuais, a ideia de representar as aspirações do operariado caía como uma luva na sua mundivisão de intervenção social ativa. Ao mesmo tempo, a figura de Luís Inácio “Lula” da Silva como liderança do novo sindicalismo supria o sentimento socialista de estar agindo em conformidade com a vocação proletária, sobretudo quando Lula se apresentou como um símbolo conciliador entre as várias tendências em disputa. As greves por ele lideradas criaram uma tensão social forte o bastante para reunir a classe trabalhadora debaixo do abrigo de um partido que prometia representá-la (Silva, 2009). Além da representação da classe trabalhadora, os documentos fundacionais do PT e os primeiros debates entre seus intelectuais apontam exaustivamente para dois conceitos, ainda que tratados de forma bastante ambígua: “democracia” e “socialismo” ou, mais especificamente,





“socialismo democrático” (Partido dos Trabalhadores, 2001, p. 17). Não havendo um ponto de chegada consensual sobre a democracia, sobretudo diante das críticas ao modelo de “democracia burguesa”, e ao mesmo tempo não havendo uma noção clara a respeito do “socialismo”, o debate se estendeu e mesmo se concentrou na mão dos intelectuais.

A base social normalmente apontada como mais expressiva da formação do PT é, além das Comunidades Eclesiais de Base, o “novo sindicalismo”. Contudo, além do movimento sindical logo recrudescer no interior do partido, há que relativizar o papel que tiveram os líderes sindicais em detrimento da intelectualidade marxista. Para Meneguello (1989), ainda antes do término do regime militar, diminuiu significativamente a participação dos grupos sindicalistas no interior da estrutura partidária, fator que iria se tornar cada vez mais nítido conforme o PT e sua tendência principal, a Articulação, se aproximavam do poder político. As camadas médias tornaram-se predominantes entre os políticos eleitos, sobretudo indivíduos provenientes do funcionalismo público. Além disso, há que considerar a presença de intelectuais de projeção pública como fator estruturante no partido desde o seu início.

Como lembra Meneguello (1989), nas facções intelectuais que aderiram ao PT estavam figuras nacionais célebres como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, que detinham empregos estáveis no aparelho estatal. Os grandes nomes da intelectualidade viram no PT a oportunidade de abandonar a “torre de marfim” acadêmica e engajarem-se nas lutas de rua movidas pelo novo sindicalismo e contra a Ditadura Militar, sobretudo por meio do operário modelo, Lula, que movia multidões em comícios. Já os intelectuais marginais foram reconhecidamente uma das forças que contribuíram para que não apenas o partido se tornasse realidade, mas também se tornasse coeso ao longo do tempo, já que “sua experiência teórico-prática, acumulada nos anos de luta contra a ditadura, permitiu-lhe influir decisivamente nos embates político-ideológicos em torno da construção e dos rumos iniciais do PT” (Silva, 2009, p. 101). Também os pequenos coletivos de origem estudantil viram no PT uma ótima oportunidade para comunicar as suas ideias e contribuíram a partir da sua capacidade de articulação (Silva, 2009).

Evidentemente, o debate tem como lugar preferencial os livros, e o manuseio da linguagem marxista dá ao indivíduo certo privilégio na crítica à sociedade capitalista ou no debate das ideias revolucionárias que catapultarão a transformação social. Nesse sentido, a





publicação do livro deve ser entendida como um recurso de comunicação de longo prazo. Ainda que o seu consumo fique muitas vezes restrito a grupos fechados de intelectuais, sua capacidade de construir um horizonte de consciência histórico vai muito além da mobilização política. Ele ecoa na consciência de várias gerações. É nesse contexto que o partido fornece os indícios da formação de uma rede de solidariedades intelectuais oponentes à ditadura militar e ao capitalismo que se escora numa linguagem e mundivisão marxistas, utiliza os livros como espaços comunicativos e recorre a um vocabulário específico sobre a democracia e o socialismo.

Quanto aos intelectuais de alto escalão, tendo como núcleo intelectual São Paulo (assim como núcleo operário e sindical), podiam estar ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Perruso, 2008; Secco, 2011; Barros, 2022). O envolvimento inicial deste artigo com o assunto – sobretudo a revisão bibliográfica das histórias sobre o PT – forneceu um quadro provisório de intelectuais a partir do qual se pode começar uma navegação pelo papel da intelectualidade marxista na vida cultural brasileira (Quadro 1). Evidentemente, o quadro terá transformações até que seja possível chegar num quadro de intelectuais de “estrato coesivo”, o núcleo pensante que dirige o partido, na linguagem gramsciana (Galastri, 2022).



Quadro 1 – Intelectuais petistas de projeção pública nascidos até 1949

	Nome	Idade	Formação	Docência	Profissão	Formação
1.	Airton Soares	1938-2021	USP	-	Advogado	Direito
2.	Antonio Candido	1918-2017	USP	USP	Professor	Sociologia
3.	Carlos N. Coutinho	1943-2012	UFB	UFRJ	Professor	Filosofia
4.	Chico Alencar	1949-	UFF	-	Professor	História
5.	Eder Sader	1941-1988	USP	USP	Professor	Sociologia
6.	Eduardo Suplicy	1941-	USP	PUC-SP, Unicamp	Professor	Economia
7.	Emir Sader	1943-	USP	USP	Professor	Filosofia
8.	Florestan Fernandes	1920-1995	USP	USP	Professor	Sociologia
9.	Francisco de Oliveira	1933-2019	UFP	USP	Professor	Sociologia
10.	Francisco Weffort	1937-	USP	USP	Professor	Sociologia
11.	Franklin Martins	1948-	UNB	-	Jornalista	Jornalismo
12.	Frei Betto	1944-	PUC-MG	-	Jornalista	Jornalismo
13.	Guido Mantega	1940-	USP	PUC-SP	Economista	Economia
14.	Hélio Bicudo	1922-2018	USP	USP	Jurista	Direito
15.	Herbert de Souza	1935-1997	UFMG	-	Sociólogo	Sociologia
16.	Ingrid Sarti	1948-2023	UFRJ	UFRJ	Professora, Socióloga	Sociologia
17.	Jacob Gorender	1923-2013	UFBA	PUC-SP, Unicamp	Historiador	Direito
18.	José Álvaro Moisés	1945-	USP	USP	Professor	Sociologia
19.	José Dirceu	1946-	PUC-SP	-	Advogado	Direito
20.	José Genoíno	1946-	USP	-	Político	Filosofia
21.	Leandro Konder	1936-2014	UFRJ	UFF	Advogado, Professor	Direito
22.	Lélia Gonzalez	1935-1994	UFRJ	PUC-RJ	Professora	História
23.	Luiz E. Greenhalgh	1943-	USP	-	Advogado	Direito
24.	Luís Gonzaga Travassos da Rosa	1945-1982	USP	-	Líder estudantil	Direito
25.	Márcio de Souza	1946-	UFRJ	UFAM	Escritor	Letras
26.	Marco Aurélio Garcia	1941-2017	USP	PUC-SP	Professor	Sociologia
27.	Marilena Chauí	1941-	USP	USP	Professora	Filosofia
28.	Maria da Conceição Tavares	1930-2024	Lisboa	Unicamp, UFRJ	Professora, Economista	Economia
29.	Maria Hermínia Tavares Almeida	1946-2022	USP	USP	Professora	Sociologia
30.	Mário Pedrosa	1900-1981	UFRJ	-	Jornalista	Direito
31.	Mino Carta	1933-	U. Roma	-	Jornalista	Arquitetura
32.	Moacir Gadotti	1941-	PUC-SP	USP	Professor	Pedagogia
33.	Octavio Ianni	1926-2004	USP	USP	Professor	Sociologia
34.	Paul Singer	1932-2018	USP	USP	Economista, professor	Economia
35.	Paulo Freire	1921-1997	UFPE	UFPE	Professor	Pedagogia
36.	Perseu Abramo	1929-1996	USP	Variadas	Professor	Sociologia
37.	Plínio de Arruda Sampaio	1930-2014	USP	PUC-SP	Advogado	Direito
38.	Raul Pont	1944-	UFRGS	Unisinos	Professor	História

39.	Sérgio B. de Holanda	1902-1982	UFRJ	USP	Professor, Sociólogo	História
40.	Sérgio Haddad	1949-	PUC-SP	PUC-SP	Professor	Economia
41.	Silvio Caccia Brava	1946-	USP	PUC-SP	Professor, Sociólogo	Sociologia
42.	Tarso Genro	1947-	UFMS	UFMS	Advogado, professor	Direito
43.	Vinicius Caldeira Brant	1941-1999	UFMG	USP	Economista, sociólogo	Economia
44.	Vladimir Palmeira	1944-	UFRJ	-	Advogado	Direito
45.	Wladimir Pomar	1947-2023	USP	Unicamp	Cientista político	Sociologia

Fontes: Partido dos Trabalhadores (1998), Rachel Meneguello (1989), Moacyr Gadotti e Otaviano Pereira (1989), Margaret Keck (1991), Marta Harnecker (1994), Cyro Garcia (2001), Benedito Tadeu César (2002), Pedro Floriano Ribeiro (2008), Lincoln Secco (2011), Mauro Iasi (2012), Oswaldo do Amaral (2013), José de Souza Martins (2016) e Celso Rocha de Barros (2022).

Os nomes no quadro permitem identificar, por um lado, o predomínio da intelectualidade de oposição ao regime militar e, por outro, a forte participação da Universidade de São Paulo como fornecedora de fermento intelectual. É significativo que entre os autores favoritos de professores e pós-graduandos de pendor marxista nas universidades brasileiras, Florestan Fernandes apareça em 1º lugar, Carlos Nelson Coutinho em 4º, Antonio Candido em 6º, Sérgio Buarque de Holanda em 7º, Jacob Gorender em 8º e Francisco de Oliveira em 9º lugar (Rodrigues, 2019)³.

Entre esses autores, caso singular é o de Sérgio Buarque de Holanda, o mais velho de todos os intelectuais do grupo, e no qual há pouco ou nenhum eco do pensamento marxista. Há também a presença de participantes dos “Seminários Marx”, capitaneados na USP por José Arthur Gianotti em 1958: Francisco Weffort, Florestan Fernandes (indiretamente), Paul Singer, Marilena Chauí e Emir Sader (Rodrigues, 2011). A aderência dos intelectuais marxistas ao PT foi demonstrada por pesquisa de Rodrigues (2019) numa base de 988 respondentes no ensino superior brasileiro: 30,2% manifestaram preferência por nenhum partido, 20,9% pelo PSOL, 15,2% pelo PT, 13,7% pelo PCB, 8,2% pelo PSTU e 4,7% pelo PC do B, sendo tanto o PSTU

³ Segundo Lidiane Rodrigues (2019, p. 514), em pesquisa feita com 632 docentes, trata-se de “ledo engano supor que ela menseure os autores mais lidos. O que ela apreende, ao contrário, é a crença no dever de lê-los – sentimento de obrigação que antecede a leitura, podendo ou não conduzir a ela”. Os resultados alcançados foram: 1. Florestan Fernandes (f1) 22,9%; 2. Caio Prado Júnior (f1) 20,9%; 3. Ruy Mauro Marini (f2) 3,5%; 4. Carlos Nelson Coutinho 3,3%; 5. Celso Furtado 3,2%; 5. Ricardo Antunes 3,2%; 6. Antonio Candido 2,7%; 7. Sérgio Buarque de Holanda 2,5%; 8. Jacob Gorender 2,2%; 9. Francisco de Oliveira 2,1%; 10. José Paulo Netto 2,1% (Rodrigues, 2019).

quanto o PSOL criados por dissidentes do petismo que reclamavam necessidade de maior fidelidade aos programas iniciais do partido.

Ideário político: lutar por espaços e comunicar ideias

A interpretação do vocabulário político presta-se a todo o tipo de mal-entendido. Há dificuldades imensas nessa tarefa que mexe de perto com as paixões políticas, sobretudo quando há o recrutamento de um vocabulário considerado não apenas polissêmico, mas polêmico. Isto costuma retirar ao historiador o benefício de uma leitura mais distanciada. No caso do petismo, há um uso particular do vocabulário que exige cuidado. No que concerne ao fenômeno que entrecruza democracia e revolução, por exemplo, o importante intelectual partidário Carlos Nelson Coutinho trata a democracia dentro da grade de análise da “luta de classes” como uma “revolução permanente”, voltada para a alteração profunda da “totalidade social”. Portanto, Coutinho não adere à concepção clássica ou moderna de democracia que se tornou predominante no mundo ocidental e que, pelo contrário, é fortemente criticada nos textos dos fundadores do petismo:

[...] para uma formulação globalizante e adequada às necessidades de hoje, *esses conceitos só existem na tradição marxista*. Seria prova de dogmatismo negar que outras correntes de pensamento contribuíram (e continuam a contribuir) para apontar algumas importantes determinações seja da democracia, seja das transformações revolucionárias no mundo moderno. Mas me parece um claro equívoco, resultado de um injustificado relativismo, dizer que nós, socialistas, temos tanto a aprender com Gramsci quanto com Hannah Arendt: enquanto Arendt distingue entre revolução política e revolução social e diz que essa última prejudica as liberdades conquistadas pela primeira [...], Gramsci concebe a revolução como um processo global, que – embora opera através da conquista progressiva de espaços e posições – tem como meta a transformação profunda da *totalidade* social (Coutinho, 1991, p. 100, grifos do autor).

Nenhuma outra corrente de pensamento seria efetivamente “democrática” a não ser o marxismo, que teria pensado a democracia como atinente à transformação da “totalidade social”. Esta dependeria, ainda na visão de Coutinho, da “guerra de posições” que, em oposição à guerra de movimento, incide mais diretamente sobre a consciência dos grupos do que sobre os seus corpos. A guerra de posições diz respeito à disputa permanente pela hegemonia e pelo consenso, a construção do senso comum, tratando a revolução como um processo, sequência orgânica de rupturas que podem ocupar toda uma época histórica. Quer dizer, noutras palavras,

que se trata de dominar o próprio processo de comunicação, capturando-o pela via hegemônica que permitirá a construção do socialismo. Segundo o autor, “esta revolução não se contrapõe apenas à luta por reformas: ao contrário, é através de reformas, e Gramsci fala mesmo em ‘reforma intelectual e moral’, que se faz agora a revolução” (Coutinho, 1991, p. 99-100). Já para Florestan Fernandes, eleito deputado federal por São Paulo em 1986 e em 1990, a reflexão socialista não é apenas “crítica”, mas “militante”, no sentido de negar a ordem e transformá-la. Afirma o autor, escrevendo na década de 1980,

O publicista contém o agitador e, dadas as circunstâncias, o revolucionário. A primeira parte não se dissocia da segunda e esta a complementa, pois pressupõe que o pensamento socialista só estabelece sua verdade no terreno da ação. Infelizmente, a prática política parlamentar é limitada por circularidades e constrangimentos que retiram do pensamento socialista os requisitos e critérios de sua verdade (Fernandes, 2006, p. 8-9).

O objetivo do PT deveria ser a transição da sociedade brasileira para o socialismo por meio do processo constante de agitação do “publicista”, já que o socialismo seria a única maneira, na visão de Fernandes, de resolver os dilemas da desigualdade na periferia do mundo capitalista. Evidentemente, o material de campanha pública do PT trata dessas questões polêmicas de forma crescentemente amenizada. Contudo, Fernandes (2006, p.10) é bastante peremptório ao sugerir que “a revolução caminhará da periferia para as nações centrais, como demonstraram vários teóricos inteligentes do marxismo revolucionário”.

Um leitor contemporâneo veria essas afirmações de Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes não sem um nível de estranhamento, dado que parecem anacrônicas com a realidade do jogo político e a complexidade do cálculo econômico. Tendo ou não sido alijado da “práxis”, contudo, foi esse vocabulário que conferiu uma coesão de longo prazo à intelectualidade, sobretudo se o analisarmos à luz dos conceitos fundadores presentes no material de lançamento do Partido dos Trabalhadores, em 1979 e 1980. Ali, as referências à luta contra o capital pelas massas exploradas e a luta por uma democracia direta são constantes. O autoritarismo não é apenas do regime militar, mas do capital, do qual os militares são vistos como epifenômenos. Na Carta de Princípios de 1979, sugere-se que “o PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo” (1979, p. 54). Os primeiros encontros nacionais do PT, em 1981 e



em 1982, enfocaram a luta pela redemocratização no país com “eleições livres e diretas” e contra a “política recessiva”, o desemprego e o “arrocho salarial” (Partido dos Trabalhadores, 1998). Nesse sentido, vão gradativamente se assentando nas práticas sociais concretas da população demandante de mudanças e, mais tarde, às práticas políticas necessárias ao jogo do poder. Em todo o caso, o material de campanha desses primeiros anos e as publicações partidárias permitem perceber vínculos orgânicos de intelectuais que professam vários graus de marxismo, entendendo o socialismo marxista como uma doutrina dinâmica voltada para a transformação radical da sociedade.

O debate entre esses intelectuais estabelece um quadro de oposições genérico entre o capitalismo (as sociedades com maior grau de liberdade econômica e possibilidade de acúmulo financeiro) e o socialismo como forma pura ou como tática, como processo constante de transformação guiado por uma elite intelectual imbuída de propósitos e vocabulário marxistas. A pressuposta degeneração do leninismo em stalinismo, que teria maculado a trajetória do marxismo, é percebida como “reprodução do capitalismo burocrático de Estado”, também aí recaindo a culpa sobre a “dinâmica do capital”, quer dizer, sobre as relações de mercado e a propriedade privada dos meios de produção.

Tal visão, que fatalmente teria que ser sopesada depois do esfacelamento da União Soviética, também aparece nos escritos do jovem Fernando Haddad. Este, que foi diretor do Centro Acadêmico do Curso de Direito da USP em 1985, sugere que a consciência de classe deveria ser trazida de fora do proletariado. É possível afirmar que essa visão estava implícita na obra do próprio Karl Marx, já que seria impossível constatar que, na cada vez mais depauperada classe operária, brotasse, entre seus elementos orgânicos, uma visão clara das estruturas ocultas da dialética histórica. Assim, sugere Haddad (1992, p. 80, grifos nossos), que a luta econômica dos operários “só pode ser conduzida por um partido centralizado cujos membros tenham como profissão a *atividade revolucionária*, a *atividade de agitação política*, a atividade de formular táticas e estratégias, levá-las ao proletariado, instruí-lo, dirigi-lo e, finalmente, conduzi-lo ao poder”.

Ainda no início do decênio de 1990, mas no contexto mais amplo da década perdida, Coutinho (1991) sugeria, contra os partidos que cederam às pressões do capital, que o colapso do “socialismo real” seria mais uma oportunidade para que se voltasse a estudar e debater Marx



do que uma necessidade de rejeitá-lo. “Luta de classes” é parte do vocabulário corrente e elemento definidor do tipo de crença política que permite coesão doutrinal e consciência de ação dos integrantes do partido, construindo a sua identidade coletiva a partir de uma oposição com relação àquele que porta a “ideologia do patrão” (mas não ao patrão em si mesmo). Evidentemente, os militantes petistas, desde a fundação do partido entre as greves operárias, encarregaram-se da função de assumir o lado do trabalhador na luta de classes, ainda que essa expressão se dilua na forma das minorias sociais ao longo do tempo. Ao comentar sobre a “luta de classes”, o professor Jorge Almeida (1991, p. 103) acrescenta que o petismo sempre trabalhou com “conceitos marxistas”, bastando ver documentos, resoluções e material de formação política:

[...] apesar de nunca ter-se autodefinido marxista, o PT foi o partido ‘mais revolucionário’ e ‘mais marxista’ – se é que podemos falar assim – da década de 80 em nosso país. Mais que aqueles que se afirmam marxistas e comunistas. Porque, apesar dos erros cometidos, nós compreendemos melhor a realidade nacional e internacional e agimos melhor sobre ela.

Não há dúvida que a unidade de ação de um grupo que objetiva a tomada do poder é em larga medida dada pela sua disponibilidade de energia intelectual. Os intelectuais respondem pela coesão da cultura política disponibilizada para os integrantes de um movimento, o que Gramsci entendia como “bloco histórico” (Coutinho, 2009), respondendo também pela sua eficácia e permanência ao longo do tempo. Escavar, no fenômeno político do poder, a ação dos intelectuais é uma tarefa tão fundamental como negligenciada, ou então vista de forma muito pouco crítica. Ela implica, sobretudo, considerar o papel do patrimônio cultural e político acumulado pela intelectualidade, no qual entra a produção bibliográfica que compõe o acervo permanente de referências de um grupo político, conferindo-lhe unidade discursiva, quer dizer também, “unidade de ação”.

A guerra de posição e a luta por espaços

A unidade de ação política fornecida pelo compartilhamento de uma linguagem pode ser vista no enorme apelo exercido ao longo do tempo pela obra de Karl Marx, cuja doutrina estava por detrás do governo exercido em boa parte do mundo um século depois da redação do “Manifesto Comunista”. Como demonstrado em “Principais correntes do Marxismo”, de



Leszek Kolakowski (2022), por mais que as ideias de Karl Marx fossem se verificando equivocadas, como a “lei de ferro dos salários”, que preconizava a extinção progressiva da classe média, ou a “teoria do valor trabalho”, que descartava o consumidor no cálculo dos preços, o recurso ao conjunto de obras canônicas garantiu solidez a grupos que lutavam pelo ou mantinham o poder político. Em nenhum outro lugar isso foi visto com tanta nitidez quanto na União Soviética, em que a ortodoxia doutrinária servia também de fundamento ao poder político.

Na Europa ocidental, o clima de liberdade política fez brotarem várias interpretações do marxismo, a maioria delas calcadas em “heterodoxias”, como os “estudos culturais” investigando a cultura sob o aspecto da luta de classes; a Escola de Frankfurt, buscando ampliar o alcance do marxismo fazendo-o dialogar com a psicanálise; e, mesmo descartando a teleologia comunista, os seguidores de Gramsci, procurando caminhos viáveis para o socialismo por meio da “guerra de posição”. O marxismo teve enorme repercussão também na América Latina, sobretudo sob a forma de marxismo leninismo, que sugeria uma luta de classes num nível global de nações, quer dizer, nações de primeiro mundo, burguesas, contra nações de terceiro mundo, proletárias. Fornecia uma justificativa, amplamente aceita pelas elites intelectuais, de que a pobreza terceiro-mundista era diretamente ocasionada pela riqueza do primeiro mundo.

A opção dos petistas por Antonio Gramsci parece acontecer, nesse sentido, por uma série de motivos: a linguagem gramsciana cifrada adere bem ao contexto de ditadura militar, em que o receio de falar abertamente sobre revolução poderia render represália política; Gramsci fornece sustentação para um modelo de atuação revolucionária que não depende mais da tomada violenta do poder, mas sim da lenta infiltração cultural e do uso dos instrumentos de comunicação, o que justifica perfeitamente o trabalho de gabinete do intelectual; Gramsci ameniza o discurso antiburguês, que se torna não, necessariamente, a remoção da burguesia, mas o seu convencimento; ademais, o autor fornece o protótipo perfeito de autor perseguido pelo autoritarismo, que casa com a situação vivenciada pela intelectualidade de oposição diante da Ditadura Militar. Esse fenômeno não é de nenhuma forma exclusivo ao Brasil, como lembra Roger Scruton (2011), ao sugerir que Gramsci correspondeu, na década de 1960, a uma espécie de ânsia generalizada por orientação moral e intelectual. Na avaliação de Eric Araujo Coimbra



(2019, p. 124, grifos do autor), ele mesmo estudioso do petismo, a alusão a Gramsci está nos documentos iniciais da construção do partido:

A primeira vez em que o conceito de hegemonia passou a constar em um documento oficial do PT foi em 1980. O *documento* intitulado *Pontos para a Elaboração do Programa*, escrito por Mário Pedrosa e assinado pela Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, fazia diversas referências ao conceito. Segundo o *documento*, o programa do PT deveria se tornar a expressão dos anseios e expectativas dos trabalhadores, ou seja, ser portador da ‘vontade de hegemonia da classe trabalhadora’.

Esse encaminhamento em direção a Gramsci por meio da “hegemonia da classe trabalhadora” não é de menor importância, sobretudo se lembrarmos que o marxismo brasileiro tinha, até os anos 1960, como orientação fundamental os afamados manuais soviéticos do “marxismo leninismo” (Coutinho, 2009, p. 38). O impulso que a leitura de Gramsci recebeu na segunda metade da década de 1970 deve-se, além do clima de relativa liberdade intelectual, a uma perspectiva crítica dos modelos anteriores, sobretudo aqueles baseados em experiências sociais trágicas como o modelo soviético. Na avaliação de Coutinho (2009, p. 40, grifo nosso),

Os anos sucessivos marcados pelo fim da longa transição da ditadura a democracia no nosso país demonstraram que neste conflito entre os “gramscianos” e o PCB, este último foi o verdadeiro derrotado: enquanto a influência do velho partido era cada vez mais em declínio, tanto nos movimentos sociais quanto entre os intelectuais, o pensamento de Gramsci e a nova teoria do Socialismo ligada ao seu nome, passavam a ser finalmente bastante difundidos, obtendo *numerosos consensos* em amplos setores políticos e culturais.

Tal difusão teria se visto particularmente extensa nas universidades (Coutinho, 2009; Coimbra, 2019), tendo se difundido por diversos setores do pensamento de esquerda, até se tornar majoritariamente constitutiva de intelectuais e movimentos sociais exteriores ao PCB, inclusive o Partido dos Trabalhadores. Assim, entender o gramscismo significa entender a própria dinâmica da sobrevivência da esquerda na década de 1970 e a sua enorme capacidade de expressão cultural. Com as posições menos ortodoxas situadas no flutuante campo da cultura e na “guerra de posições”, a esquerda se encaminhou cada vez mais para a luta pelas ideias. Para citar um bom exemplo, o de Paulo Freire, que bem poderia ser considerado o mais importante autor brasileiro da década de 1970, o capitalismo como elemento central no processo de alienação seria erodido pela “pedagogia do oprimido”. Essa sugere que a educação burguesa

constituída pela internalização pelo oprimido da ideologia do opressor seria superada por uma educação libertária em que o oprimido tomasse real consciência de sua situação de opressão. A ideologia do opressor, no caso, está identificada com o liberalismo econômico; a do oprimido, com o socialismo (Calbino; Paula, 2011). A ideia embutida nessas ideias sugere que o burguês pode abandonar a ideologia do patrão, e assim servir o trabalhador, da mesma forma que o trabalhador, ao ambicionar se tornar proprietário, poderia encarnar a ideologia do patrão. De todo o modo, o foco não está mais na tomada dos meios de produção, mas na transformação das consciências.

Comparando o Partido dos Trabalhadores com o Bloco de Esquerda português, Coimbra (2019) verificou expressiva relação entre os conceitos gramscianos e a terminologia utilizada por ambos os partidos. Como lembra o autor, esses conceitos são utilizados frequentemente por determinadas vertentes do marxismo e da esquerda católica: “hegemonia”, “disputa de hegemonia”, “sociedade civil”, “bloco histórico”, “guerra de posição”, “intelectual orgânico” (Coimbra, 2019, p. 11). Assim, a incorporação do vocabulário gramsciano permite maior dinamismo, desapego por formulações que se vão tornando muito empedradas, sobretudo no que diz respeito à leitura da economia, para a qual os modelos marxistas, elaborados durante a Revolução Industrial, apresentam já pouca eficácia. O deslocamento da luta de classes para a “guerra cultural” ou “guerra de posições” implica a reunião de setores sociais dispersos em torno de um objetivo comum, o que só pode ser feito com a mediação social do partido, dos meios de comunicação, das instituições sociais, na busca pela obtenção do “consenso ativo”. Como lembra o mesmo Coimbra (2019, p. 28, grifos nossos):

Gramsci chama de consenso ativo aquele que resulta da participação direta (*debates, discussões, exposição de ideias e argumentos*) dos indivíduos e grupos nos espaços de disputa de hegemonia da sociedade civil. Já o consenso passivo resulta da ação coerciva do Estado (compreendido no sentido restrito), que faz com que os indivíduos e grupos obedeçam a ordem imposta.

A luta pela hegemonia se tornou assim uma disputa pelos meios de comunicar as ideias, o que implica pensar desde os partidos políticos até os livros, jornais e universidades. O quanto esse processo, 40 anos depois da fundação do PT, se viu conduzido de forma eficiente ou não, foge aos objetivos deste artigo, da mesma forma que a mudança mais ou menos dramática da orientação partidária na direção da social-democracia. O que importa é que a ênfase dada para

a superestrutura como complexa relação envolvendo a “sociedade civil”, escolas, associações, sindicatos, empresas, partidos políticos, imprensa etc. e a sociedade política (ou simplesmente Estado, no sentido restrito) (Coimbra, 2019, p. 30) permitiu uma enorme e dilatada expansão das ideias marxistas nos mais variados meios culturais. Nesse contexto, como lembra Antonio Gramsci (2006, p. 112, grifos nossos),

A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja, são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. [Além dos...] *jornais, as revistas e a atividade editorial*, as instituições escolares privadas, tanto as que integram as escolas de Estado quanto às instituições de cultura do tipo das universidades populares.

Na medida em que a “guerra de posições” “envolve uma complexa disputa de espaços na sociedade civil”, ela envolve também a disputa pela transmissão da cultura, dando um papel de destaque para os intelectuais, o “grupo de pessoas filosoficamente especializadas” que movimentam a sociedade por meio de ideias (Coimbra, 2019, p. 34). Esse processo pode ser considerado cheio de avanços e recuos como aqueles que, efetivamente, percebemos olhando a história recente do Partido dos Trabalhadores. Quanto ao partido em si mesmo, tem a função de organizar uma reforma moral, traduzindo-se, portanto, ele mesmo num espaço comunicativo da “nova hegemonia”. Essas noções se casam com a ideia de intelectuais provenientes dos estratos médios da sociedade lutando por uma finalidade universal, sobretudo se considerarmos o momento em que o proletariado urbano corria às ruas em greves de proporções consideráveis em fins da década de 1970.

O gramscismo pode ser entendido como a linguagem política que forneceu aspecto coesivo a uma intelectualidade de oposição, num primeiro momento, ao regime militar; e, num segundo, forneceu subsídios para uma ideia de disputa cultural que fosse capaz de se alastrar para além das fábricas. Assumindo que as “as resoluções dos Congressos e Encontros Nacionais do PT apresentam uma vasta terminologia cuja origem remete à teoria gramsciana, pode-se mesmo entender que se tornaram correntes no discurso petista” (Coimbra, 2019, p. 94), e internalizadas na forma de uma linguagem política que permitiu a notável unidade de ação do movimento ao longo do tempo.



Considerações finais

O marxismo construiu um campo seguro para a disseminação de ideias e, por mais que olhado de fora pareça um terreno para intermináveis conflitos, acoberta uma adesão ao antiliberalismo e à rejeição à economia de mercado, a visão de mundo sob o aspecto da “dominação imperialista”, bem como a noção de que o conhecimento se faz como práxis, dissolvendo qualquer noção relativa ao intelectual em busca da verdade universal. A intelectualidade brasileira no período da Ditadura Militar foi em boa medida empurrada para a oposição por conta da luta contra o domínio do “monopólio da violência estatal”, aquilo que Antonio Candido chamou de predomínio de uma “mentalidade do contra” (Rodrigues, 2011, p. 14). Na oposição, utilizou uma linguagem nem sempre direta para ganhar espaços e teve, finalmente, no final da década de 1970, a possibilidade de participar da montagem de um espaço político e comunicativo considerado orgânico, o Partido dos Trabalhadores.

A montagem desse partido vai muito além do jogo político, muito embora tenha se tornado comum atribuir ao petismo objetivos puramente eleitorais. Seus intelectuais contribuíram profundamente para a alteração da cultura política brasileira em vários níveis, e em cuja direção não veio ao caso discutir no espaço deste artigo. O partido também cumpriu um importante papel de comunicação de ideias relativas à democratização, tornando-se ilustrativo do funcionamento da intelectualidade universitária brasileira como um todo, compartilhando um vocabulário político, crenças ideológicas e vulgatas acessíveis transformadas em gritos de ordem.

Entendendo-se o petismo e a sua raiz marxista e uspiana, pode-se compreender de forma bastante eloquente os estágios de transformação cultural brasileira desde a década de 1970 e o papel ativo que as ideias assumiram nesse processo. O grau de consciência desses ideais e as suas consequências mais práticas só pode ser percebido com um mapeamento mais completo da intelectualidade brasileira nas décadas de 1970 e 1980, com suas vastas influências culturais, principalmente na forma de livros publicados. Nesse terreno da literatura política repousam as ideias mais sólidas sob um debate público que sempre aparece como urgente e tumultuário.

Referências

ALMEIDA, Jorge. PT, Marxismo e democracia. *In*: AZEVEDO, Ricardo (org.). **O PT e o marxismo**. São Paulo: Teoria e Debate, 1991. p. 102-110.



AMARAL, Oswaldo E. do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. São Paulo: Alameda, 2013.

BARROS, Celso Rocha. **PT, uma História**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula Paes de. Herbert Marcuse, Paulo Freire e a economia solidária como alternativa emancipatória. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 425-447, out. 2011.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível** – base social e projeto político (1980-1991). Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 31.

COIMBRA, Eric Araujo Dias. **Duas estrelas e dois projetos de hegemonia**: a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA) e no Bloco de Esquerda (POR). Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/ERIC-COIMBRA-DUAS-ESTRELAS-EBOOK.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, n. 22, p. 37-44, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/2009/mes/gramsci.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo, democracia e revolução. In: AZEVEDO, Ricardo (org.). **O PT e o marxismo**. São Paulo: Teoria e Debate, 1991. p. 95-101.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**. O PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT?** Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GALASTRI, Leandro. Intelectuais, moderno príncipe e o Partido dos Trabalhadores. **Rev. Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, SP, v. 7, n. 11, p. 84-103, dez. 2022. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14373>. Acesso em: 17 dez. 2024.

GARCIA, Cyro. **PT**. De oposição à sustentação da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006. v. 1.

HADDAD, Fernando. **O sistema soviético**. Relato de uma polêmica. São Paulo: Página Aberta, 1992.

HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**. A história do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Brasil: Casa América Livre; Havana, Cuba: Mepla, 1994.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KECK, Margaret E. **PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KOLAKOWSKI, Leszek. **Principais correntes do marxismo**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2022. 3 v.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de princípios**. 1979. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos**. 1979-1998. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”**: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/em-busca-do-novo-intelectuais-brasileiros-e-movimentos>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/948?show=full>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os “intérpretes do Brasil”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 500-529, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/HW9TvkpZrPJyLZWWhbYVwWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” em São Paulo (1958-1978)**. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,



2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072012-164401/pt-br.php>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SCRUTON, Roger. **Pensadores da nova esquerda**. São Paulo: É Realizações, 2011.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. Esboço para a história da esquerda no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, v. 9, n. 103, p. 90-107, 5 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/8981/4945/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Submetido em: 10.05.2024

Aprovado em: 12.06.2024

